

DPE-PR

Cargo -
Direito



Editais verticalizados

Defensoria Pública do Estado do Paraná

 O que cai
na prova

.....

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA (5 questões)

- 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.
- 2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.
- 3 Domínio da ortografia oficial.
- 4 Domínio dos mecanismos de coesão textual.
 - 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.
 - 4.2 Emprego de tempos e modos verbais.
- 5 Domínio da estrutura morfosintática do período.
 - 5.1 Emprego das classes de palavras.
 - 5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração.
 - 5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.
 - 5.4 Emprego dos sinais de pontuação.
 - 5.5 Concordância verbal e nominal.
 - 5.6 Regência verbal e nominal.
 - 5.7 Emprego do sinal indicativo de crase.
 - 5.8 Colocação dos pronomes átonos.
- 6 Reescrita de frases e parágrafos do texto.
 - 6.1 Significação das palavras.
 - 6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto.
 - 6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.
 - 6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.

RACIOCÍNIO LÓGICO (5 questões)

- Princípio da Regressão ou Reversão.
- Lógica dedutiva, argumentativa e quantitativa.
- Lógica matemática qualitativa.
- Sequências lógicas envolvendo números, letras e figuras.
- Regra de três simples e compostas. Razões especiais.

Análise combinatória e probabilidade.

Progressões aritmética e geométrica.

Conjuntos: as relações de pertinência, inclusão e igualdade; operações entre conjuntos, união, interseção e diferença.

Equações de 1º e 2º grau. Inequações de 1º e 2º grau.

Matrizes determinantes e sistemas lineares. Polinômios.

Argumentação e estrutura de argumentação: premissas, pressupostos, conclusões, teses, relações lógicas, estruturas retóricas.

Expansão de argumentos: admissibilidade, enfraquecimento e fortalecimento de ideias, inferência, geração de hipóteses, indução, dedução. (In)coerência: significados de falácias, contradições, lacunas, (in)consistência.

CONHECIMENTOS SOBRE A LEI ORGÂNICA DA DEFENSORIA PÚBLICA E DO ESTATUTO DOS SERVIDORES DA DPE/PR (5 questões)

1 Lei Complementar Estadual nº. 136, de 19 de maio de 2011: Estabelece a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

2 Lei Estadual nº. 20.857, de 7 de dezembro de 2021: Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

CONHECIMENTOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL (10 questões)

1. Constituição Federal de 1988: 1.1. Dos Princípios Fundamentais.

1.2. Dos Direitos e Garantias Fundamentais. 1.3. Dos direitos sociais

1.4. Da Organização do Estado.

1.5. Da Administração Pública.

1.6. Da Organização dos Poderes.

1.7. Da Ordem Social.

1.8. A Defensoria Pública na Constituição de 1988.

1.9 Direito das minorias e políticas afirmativas.

1.10 Igualdade de gênero.

2. Direito Administrativo: 2.1. Regime Jurídico Administrativo: 2.1.1. Regime público e privado na Administração Pública; 2.1.2. Regime jurídico administrativo;

2.1.3. princípios da Administração Pública;

2.1.4. Poderes da Administração.

2.2. Atos Administrativos: 2.2.1. Fatos e atos da Administração; 2.2.2. atributos e elementos; 2.2.3. Discricionariedade e vinculação; espécies de atos administrativos; 2.2.4. Extinção de atos administrativos.

2.3. Serviços públicos: 2.3.1. conceito; 2.3.2. Elemento subjetivo, formal e material da definição de serviço público.

2.4. Processo Administrativo: 2.4.1. Processo e procedimento;

2.4.2. Princípios dos processos administrativos.

2.5. Controle da Administração Pública: 2.5.1. Controle Interno; 2.5.2. Controle Externo; 2.5.3. Controle Social.

3. Lei da improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992).

4. Licitações e Contratos Administrativos: Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021. 4.1. Dos Princípios. 4.2. Das Definições. 4.3. Das Modalidades, Limites e Dispensa. 4.4. Dos Contratos.

5. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei de Acesso à Informação.

6. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018: Lei Geral de Proteção de Dados.

CONHECIMENTOS GERAIS (5 Questões)

Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, saúde, cultura, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável e ecologia.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (20 Questões)

DIREITO ADMINISTRATIVO:

- 1 Estado, governo e administração pública. 1.1 Conceitos.
- 2 Direito administrativo. 2.1 Conceito. 2.2 Objeto. 2.3 Fontes.
- 3 Ato administrativo. 3.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. 3.2 Extinção do ato administrativo. 3.2.1 Cassação, anulação, revogação e convalidação. 3.3 Decadência administrativa.
- 4 Agentes públicos. 4.1 Conceito. 4.2 Espécies. 4.3 Cargo, emprego e função pública. 4.3.1 Provimento. 4.3.2 Vacância. 4.3.3 Efetividade, estabilidade e vitaliciedade. 4.4 Remuneração. 4.5 Direitos e deveres. 4.6 Responsabilidade.
- 4.7 Processo administrativo disciplinar. 4.8 Disposições constitucionais aplicáveis.
- 5 Poderes da administração pública. 5.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. 5.2 Uso e abuso de poder.
- 6 Regime jurídico-administrativo. 6.1 Conceito. 6.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública.
- 7 Responsabilidade civil do Estado. 7.1 Evolução histórica. 7.2 Responsabilidade por ato comissivo do Estado. 7.3 Responsabilidade por omissão do Estado. 7.4 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. 7.5 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado. 7.6 Reparação do dano. 7.7 Direito de regresso.
- 8 Serviços públicos. 8.1 Conceito. 8.2 Elementos constitutivos. 8.3 Formas de prestação e meios de execução. 8.4 Delegação. 8.4.1 Concessão, permissão e autorização. 8.5 Classificação. 8.6 Princípios.
- 9 Organização administrativa. 9.1 Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. 9.2 Entidades paraestatais e terceiro setor. 9.2.1 Serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público.
- 10 Controle da administração pública. 10.1 Controle exercido pela administração pública. 10.2 Controle judicial. 10.3 Controle legislativo.
- 10.4 Lei nº 8.429/1992 (improbidade administrativa).

11 Lei nº 9.784/1999 (processo administrativo).

12 Licitações e contratos administrativos. 12.1 Lei nº 14.133/2021.

12.2 Lei nº 10.520/2002 e demais disposições normativas relativas ao pregão.

12.3 Lei nº 12.846/2013.

13 Bens públicos. Regime jurídico. Aquisição e alienação. Formas de utilização por particulares.

Intervenção do Estado na propriedade.

DIREITO CONSTITUCIONAL:

1 Aplicabilidade das normas constitucionais. 1.1 Normas de eficácia plena, contida e limitada. 1.2 Normas programáticas.

2 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 2.1 Princípios fundamentais.

2.2 Direitos e garantias fundamentais.

2.3 Organização político-administrativa do Estado. 2.3.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios.

2.3.2 Intervenção; administração pública (disposições gerais, dos servidores públicos, dos militares dos Estados e do Distrito Federal).

2.4 Poder Executivo. 2.4.1 Atribuições e responsabilidades do presidente da República.

2.5 Poder Legislativo. 2.5.1 Estrutura. 2.5.2 Funcionamento e atribuições.

2.5.3 Processo legislativo.

2.5.4 Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.

2.5.5 Comissões parlamentares de inquérito.

2.6 Poder Judiciário. 2.6.1 Disposições gerais. 2.6.2 Órgãos do poder Judiciário. 2.6.2.1 Organização e competências, Conselho Nacional de Justiça.

2.7 Funções essenciais à justiça.

3 Controle de constitucionalidade: sistemas e mecanismos; ações do controle concentrado: espécies e efeitos; súmula vinculante; repercussão geral.

4 Ordem Social: meio ambiente; família, criança, adolescente, jovem e idoso, educação, índios.

5 Ordem econômica e financeira: princípios gerais da atividade econômica, da política urbana, da política agrícola e fundiária e da reforma agrária.

DIREITO CIVIL:

1 Lei de introdução às normas do direito brasileiro.

1.1 Vigência, aplicação, obrigatoriedade, interpretação e integração das leis.

1.2 Conflito das leis no tempo.

1.3 Eficácia das leis no espaço.

2 Pessoas naturais. 2.1 Conceito. 2.2 Início da pessoa natural. 2.3 Personalidade. 2.4

Capacidade. 2.5 Direitos da personalidade. 2.6 Nome civil. 2.7 Estado civil.

2.8 Domicílio. 2.9 Ausência.

3 Pessoas jurídicas. 3.1 Disposições Gerais. 3.2 Conceito e Elementos Caracterizadores.

3.3 Constituição. 3.4 Extinção. 3.5 Capacidade e direitos da personalidade. 3.6

Sociedades de fato. 3.7 Associações. 3.8 Sociedades. 3.9 Fundações. 3.10 Grupos despersonalizados.

3.11 Desconsideração da personalidade jurídica. 3.12 Responsabilidade da pessoa jurídica e dos sócios.

4 Bens. 4.1 Diferentes classes. 4.2 Bens Corpóreos e incorpóreos. 4.3 Bens no comércio e fora do comércio.

5 Fato jurídico.

6 Negócio jurídico. 6.1 Disposições gerais. 6.2 Classificação e interpretação. 6.3 Elementos. 6.4 Representação. 6.5 Condição, termo e encargo.

6.6 Defeitos do negócio jurídico. 6.7 Existência, eficácia, validade, invalidade e nulidade do negócio jurídico. 6.8 Simulação.

7 Atos jurídicos lícitos e ilícitos.

8 Prescrição e decadência.

9 Prova do fato jurídico.

10 Do direito das obrigações: modalidades das obrigações. Transmissão. adimplemento e extinção. Inadimplemento.

11 Contratos. 11.1 Princípios. 11.2 Classificação. 11.3 Contratos em geral. 11.4 Disposições gerais. 11.5 Interpretação. 11.6 Extinção. 11.7 Espécies de contratos regulados no Código Civil.

12 Direitos reais. 12.1 Espécies.

13 Do Direito de Família: direito pessoal, casamento, relações de parentesco, da dissolução da sociedade e do vínculo conjugal; da proteção da pessoa dos filhos; do poder familiar; dos Alimentos; da Tutela, Curatela, e da Tomada de Decisão Apoiada.

14 Do direito das Sucessões: sucessão em geral. Sucessão legítima. Sucessão testamentária. Inventário e partilha.

15 Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

16 Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso).

17 Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor);

DIREITO PROCESSUAL CIVIL:

1 Lei nº 13.105/2015 (Código de Processo Civil).

2 Normas processuais civis.

3 A jurisdição.

4 A Ação. 4.1 Conceito, natureza, elementos e características. 4.2 Condições da ação.

4.3 Classificação.

5 Pressupostos processuais.

6 Preclusão.

7 Sujeitos do processo. 7.1 Capacidade processual e postulatória. 7.2 Deveres das partes e procuradores.

7.3 Procuradores. 7.4 Sucessão das partes e dos procuradores.

7.5 Litisconsórcio.

8 Intervenção de terceiros.

9 Poderes, deveres e responsabilidade do juiz.

10 Ministério Público.

11 Advocacia Pública.

12 Defensoria Pública.

13 Atos processuais. 13.1 Forma dos atos. 13.2 Tempo e lugar. 13.3 Prazos. 13.4 Comunicação dos atos processuais.

13.5 Nulidades. 13.6 Distribuição e registro. 13.7 Valor da causa. 14 Tutela provisória.

14.1 Tutela de urgência. 14.2 Disposições gerais.

15 Formação, suspensão e extinção do processo.

16 Processo de conhecimento e do cumprimento de sentença. 16.1 Procedimento comum. 16.2 Disposições Gerais.

16.3 Petição inicial. 16.4 Improcedência liminar do pedido.

16.5 Contestação, reconvenção e revelia.

- 16.6 Providências preliminares e de saneamento.
- 16.7 Julgamento conforme o estado do processo.
- 16.8 Provas.
- 16.9 Sentença e coisa julgada. 16.10 Cumprimento da sentença. 16.11 Disposições Gerais.
- 16.12 Cumprimento. 16.13 Liquidação.
- 17 Processos de execução.
- 18 Processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais.
- 19 Disposições finais e transitórias.
- 20 Mandado de segurança.
- 21 Ação popular.
- 22 Ação civil pública.
- 23 Ação de improbidade administrativa.
- 24 Teoria Geral dos Recursos. 24.1 Recursos em espécie.
- 25 Das ações de família. 25.1 Do divórcio e da separação consensuais, da extinção consensual de união estável.
- 26 Da interdição.
- 27 Das disposições comuns à tutela e à curatela.

DIREITO PENAL:

- 1 Princípios aplicáveis ao Direito Penal.
- 2 Aplicação da lei penal. Do crime. Imputabilidade penal.
 - 2.1 A lei penal no tempo e no espaço.
 - 2.2 Tempo e lugar do crime.
 - 2.3 Interpretação da lei penal. 2.4 Analogia.
 - 2.5 Irretroatividade da lei penal.
 - 2.6 Conflito aparente de normas penais.
- 3 Illicitude.
- 4 Culpabilidade.
- 5 Concurso de Pessoas.
 - Das medidas de segurança.
- 6 Penas.
 - 6.1 Espécies de penas.

- 6.2 Cominação das penas.
- 7 Ação penal.
- 8 Punibilidade e causas de extinção.
- 9 Prescrição.
- 10 Crimes contra o patrimônio.
- 11 Crimes contra a fé pública.
- 12 Crimes contra a Administração Pública.
- 13 Crimes contra a dignidade sexual.
- 14 Crimes contra a família.
- 15 Lei nº 8.072/1990 (Crimes hediondos).
- Lei nº 9.605/1998 (Crimes contra o meio ambiente).
- 16 Lei nº 9.613/1998 (Lavagem de dinheiro).
- 17 Disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal.
- 18 Crimes e sanções penais na licitação (Lei nº 14.133/2021).
- 19 Crimes de responsabilidade fiscal (Lei nº 10.028/2000).
- 20 Lei nº 9.455/1997 (Crimes de tortura).
- 21 Crimes previstos na Lei nº 11.343/2006 .
- 22 Lei nº 11.340/2006 .
- 23 Lei nº 12.850/2013 .

DIREITO PROCESSUAL PENAL:

- 1 Processo penal brasileiro; processo penal constitucional.
- 2 Sistemas e princípios fundamentais.
- 3 Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas.
- 3.1 Disposições preliminares do Código de Processo Penal.
- 4 Fase préprocessual. 4.1 Inquérito policial.
- 5 Processo, procedimento e relação jurídica processual.
- 5.1 Elementos identificadores da relação processual.
- 5.2 Formas do procedimento.
- 5.3 Princípios gerais e informadores do processo.
- 5.4 Pretensão punitiva.
- 5.5 Tipos de processo penal.

- 6 Ação penal.
 - 7 Ação civil Ex Delicto.
 - 8 Jurisdição e competência.
 - 9 Questões e processos incidentes.
 - 10 Prova. 11 Sujeitos do Processo.
 - 12 Prisão, medidas cautelares, e liberdade provisória e prisão temporária (Lei nº 7.960/1989).
 - 13 Citações e intimações.
 - 14 Atos processuais e atos judiciais.
 - 15 Procedimentos.
 - 15.1 Processo comum; processos especiais; Lei nº 8.038/1990 – normas procedimentais para os processos perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF).
 - 16 Lei nº 9.099/1995 e Lei nº 10.259/2001 (juizados especiais cíveis e criminais).
 - 17 Prazos. 17.1 Características, princípios e contagem.
 - 18 Nulidades.
 - 19 Recursos em geral.
 - 20 Habeas corpus e seu processo.
 - 21 Normas processuais da Lei nº 7.210/1984 (execução penal).
 - 22 Disposições gerais do Código de Processo Penal.
- Procedimentos previstos na Lei nº 11.343/2006 .
- Lei nº 11.340/2006 .
- Lei nº 12.850/2013.11.
- Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003 - Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências.

CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente, oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!



BONS ESTUDOS!